

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS OU  
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE  
(LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006)**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente contratação consiste na aquisição e instalação de persianas e cortinas em diversas unidades deste Tribunal, localizadas em Campo Grande, Naviraí, São Gabriel do Oeste e Aquidauana, conforme as especificações e condições deste Termo de Referência (TR) e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº 11.462, de 2023 e demais legislações cabíveis, observadas as disposições a seguir estabelecidas.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. Justifica-se a contratação pela obsolescência ou ausência de proteção solar adequada, conforme evidenciado nos autos.
- 2.2. O objetivo é assegurar o bem-estar dos servidores e magistrados, evitando prejuízos à prestação jurisdicional por condições inadequadas de ambiente.
- 2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026.

**3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

- 3.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos do inciso XIII, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021.

**4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO por item**.
- 4.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 4.3. **Habilitação jurídica:**
  - 4.3.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
  - 4.3.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
  - 4.3.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
  - 4.3.4. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas

Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.3.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

4.3.6. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971. Deverá ser apresentada ainda a seguinte documentação complementar:

4.3.6.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos artigos 4º, inciso XI; 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;

4.3.6.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

4.3.6.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

4.3.6.4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

4.3.6.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

4.3.6.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

4.3.6.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.5. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

4.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

4.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 4.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 4.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 4.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 4.8. **Qualificação Econômico-Financeira:**
  - 4.8.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.
    - 4.8.1.1. No caso de pessoa física, apresentar a certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.
    - 4.8.1.2. As empresas em situação de recuperação judicial poderão participar deste Pregão se comprovarem que o plano de recuperação foi acolhido judicialmente, nos termos do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.
  - 4.8.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
    - 4.8.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
    - 4.8.2.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
    - 4.8.2.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
    - 4.8.2.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
  - 4.8.3. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação de cada item.
    - 4.8.3.1. Caso o fornecedor seja vencedor de mais de um item, a comprovação deverá considerar a soma dos valores estimados dos itens.

4.8.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, § 1º).

4.8.4.1. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133/ 2021, art. 69, § 6º).

#### 4.9. **Qualificação Técnica**

4.9.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.9.1.1. Para fins da comprovação serão exigidos atestados de contratação de fornecimento e instalação de persianas, sem restrição de valor ou quantitativo mínimo.

4.9.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.9.1.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.9.1.4. O fornecedor cujos dados cadastrais no SICAF incluam o fornecimento de produto compatível com o objeto licitado terá sua capacidade técnica presumida e ficará, a critério do Pregoeiro, dispensado da apresentação do atestado de capacidade técnica.

4.10. Não será admitida a participação de consórcios e de OSCIP.

### 5. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

5.1. **A empresa deverá declarar, de acordo com o inciso XVII, art. 92, da Lei nº 14.133, de 2021 as seguintes condições:**

5.1.1. Cumprir, se for o caso, o quantitativo mínimo previsto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.

5.2. O cumprimento do subitem 5.1.1 será demonstrado mediante autodeclaração colhida diretamente através do sistema “Compras.gov.br”, no momento da apresentação da proposta (Modelo Anexo II).

5.3. Em cumprimento às disposições contidas no art. 116 e inciso IX do art. 137, todos da Lei nº 14.133/2021, a empresa deverá manter, durante a toda a contratação, as condições previstas no subitem 5.1.1, devendo a CONTRATADA, em caso de alterações de suas condições, informar imediatamente o Fiscal da contratação.

### 6. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1. As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamento do CONTRATANTE, classificação funcional programática 02.122.0033.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho), conforme o seguinte detalhamento: categoria econômica da despesa 3 (despesa corrente); na Natureza de Despesa nº 33903024 (Material para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações). SIGEO

151252026000050 – Contratos – Serviço de apoio administrativo (fiscalização de contratos).

## 7. DO PREÇO MÁXIMO

- 7.1. O valor máximo a ser pago por este Tribunal para o presente objeto é de **R\$ 104.161,64 (cento e quatro mil, cento e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos)**, observando-se o preço unitário e total pormenorizado na tabela constante do Anexo I.

## 8. DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. A empresa vencedora deverá encaminhar o recibo da nota de empenho, devidamente assinado e preenchido, **no prazo de 2 (dois) dias úteis após ser transmitida pelo TRT**. Em caso de descumprimento, reserva-se à Administração o direito de optar pela adjudicação às demais proponentes, obedecendo-se à ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no item 24.
- 8.1.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho poderá ser prorrogado, se solicitado dentro do prazo estipulado no subitem 8.1, 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 8.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 8.2.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.2.2. A CONTRATADA se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Termo de Referência e seus anexos;
- 8.2.3. A CONTRATADA reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 8.3. A contratação terá início a partir do recebimento da nota de empenho pela CONTRATADA e vigorará até o recebimento definitivo do objeto.
- 8.4. A existência de registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) constitui fato impeditivo à efetivação da contratação pelo CONTRATANTE (art. 6º da Lei nº 10.522/2002).
- 8.4.1. Previamente à emissão do empenho, será realizada a consulta no referido cadastro constante do item acima.
- 8.5. Durante a vigência da contratação será permitida a fusão, a cisão, a incorporação, a alteração da razão social, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução. Devendo a CONTRATADA encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:
- 8.5.1. No caso de alteração que possa repercutir na execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE cópia autenticada do referido instrumento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;
- 8.5.2. No caso de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.
- 8.6. Em atenção aos artigos 2º inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e nº 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com

empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

8.6.1. O atendimento ao item 8.6 poderá ser demonstrado mediante envio do Anexo IV.

8.7. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.

8.8. De acordo com a Resolução CSJT nº 310, de 24 de setembro de 2021, a CONTRATADA deve comprovar, como condição prévia à contratação e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:

8.8.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016.

8.8.2. Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

8.8.3. O atendimento aos itens 8.8.1 e 8.8.2 poderá ser demonstrado mediante envio do Anexo III.

## **9. DA VISTORIA**

9.1. É assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia aos locais constantes do subitem 11.1, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9h às 17h.

9.2. As vistorias deverão ser agendadas com a Divisão de Manutenção e Projetos de Engenharia pelo e-mail (nmp@trt24.jus.br) ou através do telefone (67) 3316-1854.

9.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública. Do mesmo modo, os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

9.4. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

9.5. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

- 9.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante no Anexo V.
- 9.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## 10. DOS SERVIÇOS

- 10.1. A CONTRATADA deverá confirmar a melhor forma de fixação no local de cada peça de instalação, em razão do tipo de material disponível.
- 10.2. A CONTRATADA poderá confirmar todas as medidas no local e deverá definir com o contratante o lado de acionamento manual.
- 10.3. Os serviços de instalação das persianas deverão ser executados por profissionais capacitados, que deverão se apresentar aos locais munidos de todo material e ferramental necessários à execução dos serviços, além dos EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) exigidos por lei.
- 10.4. A CONTRATADA deverá dispor de escadas e demais ferramental, observando-se que eventuais movimentações de mobiliários do local (armários, mesas, cadeiras, entre outros) deverão ser realizadas para permitir acesso aos locais de instalação, devendo retorná-los ao local original após a instalação.
- 10.5. A CONTRATADA deverá executar, diariamente, a limpeza dos locais onde estão sendo executados os serviços, conforme orientação da Fiscalização, bem como a limpeza geral, quando da conclusão das instalações, devendo o espaço ser entregue em perfeitas condições de ocupação e uso.
- 10.6. Deverão sempre ser obedecidas as recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.
- 10.7. Caso entenda necessário, a Fiscalização poderá solicitar que a CONTRATADA comprove que a instalação observou a recomendação do fabricante.
- 10.8. O objeto da contratação deverá ser entregue sem instalações provisórias e livre de materiais descartados ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades, e, ainda, com todas as superfícies impecavelmente limpas.
- 10.9. A execução de todas as etapas da contratação, bem como a mobilização de equipamentos e o transporte de material, deverão ser realizadas de modo a não prejudicar a circulação de pessoas, observando sempre a máxima segurança.

## 11. DOS PRAZOS

- 11.1. A entrega do produto instalado deverá ser efetuada no **prazo máximo de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho**, no horário das 10h às 16h, em dias úteis da Justiça do Trabalho, nos endereços:
  - 11.1.1. Vara do Trabalho de Naviraí: Avenida Caarapó, 788 CEP: 79.950-000, Naviraí/MS.
  - 11.1.2. Vara do Trabalho de São Gabriel do Oeste: Av. Castelo Branco, 473 CEP: 79.490-000, São Gabriel do Oeste/MS.
  - 11.1.3. Gabinete do Desembargador André Luís Moraes de Oliveira: Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 208 Campo Grande, MS, 5º andar.
  - 11.1.4. Vara do Trabalho de Aquidauana: Endereço: Rua Luis da Costa Gomes, 473 CEP: 79.200-000. Aquidauana/MS.

- 11.1.5. Ouvidoria do TRT 24ª Região: Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 208 Campo Grande, MS – 3º Andar.
- 11.1.6. Secretaria do Tribunal Pleno: Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 208 Campo Grande, MS, térreo.
- 11.2. A instalação das persianas deverá ser agendada com antecedência com a Divisão de Manutenção e Projetos de Engenharia pelo e-mail (nmp@trt24.jus.br) ou através do telefone (67) 3316-1854.
- 11.3. Em caso de vencimento do prazo de entrega ocorrer em final de semana ou feriado, ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
- 11.4. Devido à impossibilidade da entrada de caminhões de médio e grande porte na área interna da sede deste Tribunal (estacionamento), recomendamos que as entregas sejam realizadas em caminhões de pequeno porte ou caminhonete. A altura máxima permitida para acesso ao pátio do estacionamento do prédio-sede deste Tribunal é de 3,5m (três metros e cinquenta centímetros).
- 11.5. A CONTRATADA responderá por quaisquer prejuízos que ocorrerem até a entrega do objeto no endereço acima.
- 11.6. Eventual pedido de prorrogação do prazo de entrega somente poderá ser aceito, mediante prévia solicitação escrita, apresentada no prazo de entrega do bem, devidamente acompanhada de documentos comprobatórios dos motivos alegados, podendo a solicitação ser encaminhada por e-mail, mas exclusivamente ao endereço fornecido pelo Gestor/Fiscal do contrato, sem prejuízo da apresentação dos originais no prazo estabelecido.
  - 11.6.1. A apresentação de solicitação escrita e documentos comprobatórios com a utilização de e-mail não exime a CONTRATADA de protocolizar os originais (em papel), no prazo de até 5 (cinco) dias depois do término do prazo legal.
  - 11.6.2. Em caso de utilização de assinatura eletrônica, não há necessidade de envio do original, nos termos da Lei 14.063/2020
  - 11.6.3. Na hipótese de utilização de assinatura eletrônica o documento somente será aceito se houver efetiva comprovação da autenticidade da assinatura.
- 11.7. O objeto deverá ser novo, sem uso anterior, e entregue em embalagem do fabricante, devidamente lacrada. No momento da entrega, caso seja constatada a inobservância do disposto neste subitem, o objeto será recusado, devendo a CONTRATADA substituí-lo, sem prejuízo do prazo estabelecido para a entrega e da aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.
- 11.8. O objeto deverá ser entregue na totalidade do item constante na nota de empenho, salvo nos casos de superveniência de fato excepcional ou imprevisível, alheio à vontade da CONTRATADA, solidamente justificado e demonstrada a causalidade entre o fato alegado e a impossibilidade de cumprimento do estabelecido neste, por meio de documentos comprobatórios hábeis.
- 11.9. Eventual recusa no recebimento do produto não exime a CONTRATADA de efetivar a entrega no prazo inicial estabelecido.

## **12. DA GARANTIA**

- 12.1. O prazo de garantia para o produto, contra defeito de fabricação sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.
- 12.2. A garantia ora prevista inclui consertos, reparos e a substituição de materiais, bem como a mão de obra respectiva.
- 12.3. O prazo para sanar defeito apresentado nos materiais durante o período da garantia



ofertada não poderá ser superior a 20 (vinte) dias úteis, a contar da chamada.

- 12.4. A CONTRATADA responderá, durante o período de garantia dos equipamentos, por quaisquer procedimentos necessários perante o fabricante, de forma a assegurar prontamente ao CONTRATANTE a assistência técnica e/ou a substituição dos equipamentos e acessórios, caso sejam necessárias, incluindo-se as partes que apresentarem defeitos e não oriundos do mau uso por parte do CONTRATANTE, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados e prejuízos para o desempenho das atividades do CONTRATANTE.
- 12.5. Ocorrendo o término do prazo da garantia ofertado e havendo pendências com relação a serviços não realizados por culpa da CONTRATADA, o prazo de garantia ficará prorrogado pelo período necessário, até o limite de 30 (trinta) dias, sem ônus para o CONTRATANTE, sujeita a CONTRATADA, em caso de inexecução, à aplicação das sanções legais cabíveis, estabelecidas no item 24.

### **13. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 13.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 13.2. As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 13.3. O CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 13.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal do contrato ou pelos respectivos substitutos.
- 13.5. O Fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 13.6. O Fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 13.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o Fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 13.8. O Fiscal do contrato informará ao Gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 13.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o Fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao Gestor do contrato.
- 13.10. O Gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo Fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 13.11. O Fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, a garantia dos produtos, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 13.12. O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências e das alterações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de

adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

- 13.13. O Gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 13.14. O Gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo Fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 13.15. O Gestor do contrato tomará providências para o encaminhamento das informações para a Administração do Tribunal, visando à formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, nos casos dos subitens 24.1.4 e 24.1.5.
- 13.16. O Gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 13.17. O Gestor do contrato deverá realizar os procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização do contrato.

#### 14. DOS DEVERES DO CONTRATANTE

##### 14.1. Incumbe ao CONTRATANTE:

- 14.1.1. **Informar à CONTRATADA, após o recebimento da nota de empenho, o nome dos Fiscais da Contratação, os telefones e endereços de e-mail para contato;**
- 14.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos da proposta apresentada;
- 14.1.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, relativos ao objeto da contratação, no prazo de 2 (dois) dias úteis;
- 14.1.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste Termo de Referência, após o ateste da respectiva nota fiscal/fatura;
- 14.1.5. Fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor denominado fiscal do contrato;
- 14.1.6. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

#### 15. DOS DEVERES DA CONTRATADA

##### 15.1. Incumbe à CONTRATADA:

- 15.1.1. Cumprir integralmente os termos da proposta, as obrigações, os prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 15.1.2. Encaminhar o Recibo da Nota de Empenho no prazo de 2 (dois) dias úteis após seu recebimento, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis na ausência de motivo justificável devidamente comprovado;
- 15.1.3. Manter durante todo o período de vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis;

- 15.1.4. Comunicar formalmente, por escrito e em via impressa, qualquer alteração do domicílio e endereço empresarial.
- 15.1.5. Informar por escrito quaisquer alterações de telefone (fixo ou celular) e de e-mail da empresa, sendo que facultativamente esta informação poderá ser feita por meio eletrônico (e-mail, SMS ou WhatsApp) encaminhado exclusivamente ao endereço de e-mail ou telefone indicados pelo Gestor ou Fiscal do contrato.
- 15.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo responsável pela Gestão/Fiscalização da execução do Contrato.
- 15.1.7. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus representantes/empregados, ou ainda por infrações à legislação em vigor, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 15.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- 15.2. Considerar-se-á válida e eficaz a correspondência enviada ao último endereço da CONTRATADA informado oficialmente e, em eventual devolução de correspondência, a fluência do prazo terá início a partir do primeiro dia útil subsequente da fracassada tentativa de entrega, pelos Correios, da correspondência.

#### **16. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA**

- 16.1. É expressamente vedado à CONTRATADA:
  - 16.1.1. Contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do CONTRATANTE, durante a vigência deste contrato.
  - 16.1.2. Realizar publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.
  - 16.1.3. Subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto deste contrato.

#### **17. DO PREPOSTO**

- 17.1. A CONTRATADA deverá indicar um preposto para representá-la administrativamente perante o CONTRATANTE, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da do Recibo da Nota de Empenho, mediante declaração que deverá constar o nome completo, documentos de identificação (RG e CPF), telefone e e-mail de contato.
- 17.2. Pelo descumprimento do disposto no subitem anterior, estará a CONTRATADA sujeita à aplicação da multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor global estimado do contrato, por dia que ultrapassar o prazo estabelecido, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o referido valor, e será considerado como inexecução parcial da obrigação assumida.
- 17.3. O preposto deverá apresentar-se ao servidor designado pelo CONTRATANTE para exercer o acompanhamento e a fiscalização, para tratar dos assuntos pertinentes à execução do contrato, relativos à sua competência.
- 17.4. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas aos serviços executados e às faturas decorrentes, assim como para avaliar a qualidade dos serviços dos profissionais da CONTRATADA posta à disposição do CONTRATANTE.
- 17.5. Incumbe ao preposto atender as demandas da gestão e/ou fiscalização do contrato, inclusive para apresentar documentos solicitados pelo CONTRATANTE.
- 17.6. O preposto deverá participar de reunião com o CONTRATANTE, na forma online, sempre que solicitado com pelo menos 1 (um) dia de antecedência, em dia e horário definidos pela Fiscalização, que solicitará as providências que se fizerem necessárias ao

bom cumprimento de suas obrigações, cabendo ao preposto a adoção de todas as medidas cabíveis para a solução das falhas detectadas, conforme art. 118 da Lei nº 14.133/2021. Caso o preposto seja domiciliado na cidade de Campo Grande - MS, reuniões poderão ser eventualmente realizadas na forma presencial.

- 17.7. A comunicação oficial entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE será feita por escrito, preferencialmente por e-mail.
- 17.8. O preposto deverá responder às solicitações do CONTRATANTE por e-mail, no endereço eletrônico informado pelo Fiscal do Contrato, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos durante o horário comercial, ou até as 8h30 do próximo dia útil, no caso de comunicação fora do horário comercial.
- 17.9. A fim de evitar falha na comunicação, a CONTRATADA deverá fornecer pelo menos 2 (dois) endereços de e-mail, ambos de provedores diferentes, sendo pelo menos um dos endereços de um serviço de e-mail de grande porte, notoriamente conhecido por manter o sistema sempre funcionando como, por exemplo, Microsoft Hotmail / Outlook, Google Gmail e Yahoo Mail.
  - 17.9.1. É responsabilidade da CONTRATADA se certificar de que os endereços eletrônicos estejam funcionando corretamente. Não será aceita alegação de que os sistemas de comunicação por correio eletrônico falharam, exceto se noticiado pelos meios de divulgação.

## **18. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

- 18.1. O recebimento provisório, a cargo do Fiscal do contrato, dar-se-á após a instalação do produto, com entrega da nota fiscal, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 18.2. As persianas poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da observância do prazo inicial estabelecido para a entrega e da aplicação de sanções contratuais ou legais cabíveis.
- 18.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 18.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 18.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, no que couber.
- 18.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **19. DA LIQUIDAÇÃO**

- 19.1. A liquidação deverá ocorrer na mesma data do recebimento definitivo.
- 19.2. Para fins de liquidação, o Gestor deverá verificar se a Nota Fiscal expressa os elementos necessários e essenciais do documento.
- 19.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

- 19.4. O CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 19.5. Constatando-se no Sistema SICAF a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 19.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.7. O Gestor deverá encaminhar a nota fiscal/fatura, devidamente liquidada, em tempo hábil para que o pagamento seja efetuado no prazo estabelecido no subitem 20.1.

## 20. DO PAGAMENTO

- 20.1. O pagamento correspondente será realizado por meio do documento OB - Ordem Bancária, do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, enviado ao Banco do Brasil, instituição bancária responsável pela operacionalização do pagamento de valores dos órgãos federais, para crédito na conta indicada pelo fornecedor, a qual deverá, obrigatoriamente, ser de titularidade da empresa CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a liquidação da Nota Fiscal/Fatura.
- 20.1.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.1.2. O envio dos documentos fiscais (NF-e, Danfe, NFS-e, CT-e, recibo ou similares), para fins de recebimento pelos produtos ou serviços prestados a este Tribunal, somente será aceito desde que efetuado pelo Portal SIGEO da Justiça do Trabalho, disponível pelo seguinte link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>.
- 20.1.2.1. É necessário que CONTRATADA efetue cadastro no sistema, observando o prazo de 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação.
- 20.1.2.2. **As instruções para cadastro da CONTRATADA e envio dos documentos também podem ser acessadas no link <https://www.trt24.jus.br/web/guest/cadastro-de-fornecedores>**
- 20.2. O Gestor deverá providenciar a liquidação da Nota Fiscal/Fatura e encaminhar em tempo hábil para que o pagamento seja efetuado no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 20.3. Quando cabível, sobre o valor faturado será retido na fonte o correspondente ao imposto sobre a renda, à contribuição social sobre o lucro líquido, à contribuição para a Seguridade Social - COFINS e à contribuição para o PIS/PASEP, conforme disposição legal. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da nota fiscal, de acordo com a IN SRF nº 480/2004, alterada pela IN da SRF nº 1.234/2012.
- 20.4. Caso a CONTRATADA seja empresa optante pelo Sistema Integrado de Pagamentos de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, para não sofrer a retenção na fonte dos valores acima citados, deverá apresentar, para fins de comprovação da condição de optante, a declaração de opção pelo SIMPLES, conforme disposição legal.

## 21. DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA

- 21.1. No caso de eventual atraso de pagamento, ocasionado por negligência por parte do CONTRATANTE, devidamente comprovada, e desde que tal fato não seja decorrente de força maior, o valor devido será acrescido de atualização financeira, apurada a partir do término do prazo estabelecido para pagamento até a data de efetiva quitação, calculado conforme taxa SELIC, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$AF = I \times N \times VP$$

**Onde:**

I = Índice de atualização financeira;

TX = Taxa SELIC;

AF = Atualização Financeira;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 21.2. A mesma fórmula será aplicada no caso de ressarcimento de valor recebido a mais pela CONTRATADA.

## **22. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

- 22.1. Poderá ser admitida a alteração do preço contratado, para fins de restabelecimento da relação pactuada inicialmente entre as partes, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.
- 22.2. As eventuais solicitações deverão se fazer acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, mediante a comprovação dos preços praticados no mercado, devendo ser observada a vantagem financeira ofertada por ocasião da licitação.

## **23. DO REAJUSTE**

- 23.1. A pedido da CONTRATADA poderá haver reajustamento anual do preço, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou, na extinção deste, por outro índice legal que venha a substituí-lo, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado.
- 23.1.1. Considera-se a data do orçamento estimado a data da assinatura do documento comprobatório da estimativa dos valores máximos contratados.
- 23.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro reajuste efetuado, o interregno de 12 (doze) meses será contado da data de início dos efeitos financeiros do reajuste anterior.
- 23.3. O percentual máximo será o IPCA/IBGE acumulado nos últimos 12 (doze) meses

contados a partir da data do orçamento estimado e, nos reajustes subsequentes ao primeiro, será apurado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste formalizado.

- 23.4. Para que o reajuste possa ser efetuado a contar da data base inicialmente estabelecida 12 (doze) meses após o orçamento estimado ou 12 (doze) meses após o último reajuste, a CONTRATADA deverá solicitar o reajuste até o final do mês subsequente ao do mês de aquisição do direito (data base), sendo que se ultrapassado esse prazo a apuração do percentual acumulado será feita com base nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao mês da solicitação e os efeitos financeiros do reajuste (pagamentos) serão a partir do mês em que apresentada à solicitação.
- 23.5. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem requerê-lo, ocorrerá à preclusão desse direito em relação ao período anterior à prorrogação, assim como também ocorrerá a preclusão se o pedido de reajuste for formulado depois de extinto o contrato.

## 24. DAS PENALIDADES

- 24.1. A inexecução, total ou parcial, da contratação poderá acarretar, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções, além do ressarcimento de eventual prejuízo causado ao CONTRATANTE:
  - 24.1.1. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato e quando não se justificar a aplicação de penalidades mais graves;
  - 24.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item ou Grupo (conforme o caso) objeto da inexecução, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
  - 24.1.3. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da correspondente contratação, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
  - 24.1.4. Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Federal pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021;
  - 24.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 24.1.4, nos termos do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 24.2. Caso o atraso na entrega do objeto, seja por culpa exclusivamente da CONTRATADA, estará sujeita à multa equivalente a **0,5% (meio por cento) do valor total do item objeto da inexecução, por dia que ultrapassar o respectivo prazo, limitado a 10% (dez por cento) do respectivo valor**, o que não impedirá, a critério do TRT da 24ª Região, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.
- 24.3. A CONTRATADA também estará sujeita à multa equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor do objeto da inadimplência, por dia que ultrapassar o prazo estabelecido no subitem 12.3, limitado a 10% (dez por cento) do correspondente valor, o que não impedirá, a critério do CONTRATANTE, a aplicação das demais sanções legais cabíveis.
- 24.4. As multas por inexecução parcial ou total da contratação poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções, bem como com a multa pelo atraso na entrega do objeto.
- 24.5. Ocorrendo atraso na entrega do objeto ou no caso de inexecução parcial ou total, o valor da multa correspondente será retido preventivamente do pagamento e concedido prazos para defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 156, 157, 158, 165, inciso I, 166 e 167 da Lei nº 14.133/2021.

- 24.6. Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do Tesouro Nacional. Em não havendo retenção de pagamento, será emitida a GRU (Guia de Recolhimento da União) para o recolhimento, por parte da empresa, à conta do Tesouro Nacional. Caso haja acolhimento ou provimento parcial, o valor retido será devolvido à empresa.
- 24.7. Em caso de não pagamento do valor da multa aplicada, conforme estabelecido no subitem anterior, o valor será inscrito em dívida ativa da união.
- 24.8. A atuação irregular da CONTRATADA, no cumprimento das obrigações assumidas, acarretará, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, a anotação das penalidades aplicadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, e, no caso de impedimento de licitar e de contratar, o registro também na página eletrônica do CONTRATANTE (opção "Transparência") e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, conforme o art. 58, do Decreto nº 11.129/2022 e o art. 161 da Lei nº 14.133/2021.
- 24.9. A proponente é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.
- 24.10. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a rescisão contratual sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

## **25. DAS DEFESAS E DOS RECURSOS**

- 25.1. As defesas e recursos contra punições impostas à CONTRATADA serão regidos pelos artigos 157, 158, 166 a 168 da Lei nº 14.133/2021, e poderão ser enviados por e-mail, exclusivamente ao endereço mencionado no ofício de notificação, sem prejuízo do encaminhamento dos originais no prazo estabelecido.
- 25.2. A utilização de e-mail para apresentação de defesa prévia e recurso administrativo não exime a CONTRATADA de protocolizar diretamente os originais no Tribunal, ou de providenciar o encaminhamento dos originais (em papel) via Correios, ambos no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do prazo legal para apresentação de defesa prévia ou recurso administrativo.
- 25.3. O não envio dos originais no prazo estipulado, ou o envio de originais distintos daqueles apresentados por email, acarreta o não conhecimento da manifestação administrativa apresentada por correio eletrônico, conforme art. 2º da Lei nº 9.800, de 1999.
- 25.4. Em caso de utilização de assinatura eletrônica, não há necessidade de envio do original, nos termos da Lei 14.063/2020.
- 25.4.1. Na hipótese de utilização de assinatura eletrônica o documento somente será aceito se houver efetiva comprovação da autenticidade da assinatura.

## **26. DOS AUMENTOS E DAS REDUÇÕES**

- 26.1. Fica assegurada à autoridade competente do CONTRATANTE aumentar ou reduzir a quantidade prefixada, observados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei 14.133/2021.

## **27. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 27.1. A participação nesta Contratação Pública implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 27.2. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste Termo de Referência.
- 27.3. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018



(Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.

27.4. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

27.4.1. Anexo I – Do Valor Estimado Total da Contratação;

27.4.2. Anexo II – Modelo de Declaração relativa ao art. 93 da Lei nº 8.213/1991;

27.4.3. Anexo III - Declaração Relativa à Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

27.4.4. Anexo IV – Declaração de Nepotismo

27.4.5. Anexo V – Declaração de não vistoria.

27.4.6. Anexo VI – Imagens e informações dos locais de instalação

27.4.7. Anexo VII – Planilha de Resumo das Persianas: medidas das persianas, modelo, tipo, abertura, controle e área.

Campo Grande, 12 de junho de 2026.

JOÃO MÁRCIO HIDALGO TALARICO  
Coordenador de Material e Logística

Aprovado por:

ALENCAR MINORU IZUMI  
Secretário Administrativo

**ANEXO I – DO VALOR ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO**  
**As dimensões devem ser conferidas no local.**

Item	Qtde	Unid.	Discriminação	Valor Máximo
1	1	Unid.	<p>Naviraí: Aproximadamente 48,03 m².</p> <p>Retirada de persiana existente. Confeção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadaço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadaço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confeção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC. Informações do e fotos do ambiente disponíveis no Anexo VI).</p> <p>Marca de referência: Persianas Paraná ou Similar</p>	<b>23.616,83</b>
2	1	Unid.	<p>São Gabriel do Oeste: Aproximadamente 60,46 m².</p> <p>Retirada de persiana existente. Confeção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadaço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadaço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confeção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa</p>	<b>28.638,09</b>

			do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC Informações do e fotos do ambiente disponíveis no Anexo VI).	
			Marca de referência: Persianas Paraná ou Similar	
3	1	Unid.	<p>Gabinete do Desembargador André Luís Moraes de Oliveira: Aproximadamente 3,86 m².</p> <p>Retirada de persiana existente, fornecimento e instalação de persiana horizontal, tipo painel, <u>em uma janela</u>, com estrutura composta por células (tipo celular), similares a favos de mel das colmeias (Honeycomb), sem perfurações visíveis, tamanhos de células até 40mm. Sem blackout. Cor bege claro ou similar. Cortina em tecido. Acionamento manual. Acionamento por monocomando. Deve contemplar a respectiva instalação no Gabinete do Desembargador André Luís Moraes de Oliveira. Informações do e fotos do ambiente disponíveis no Anexo VI).</p> <p>Marcas/modelos de referência: Hunter Douglas Cortina DUETTE; Cortinas e Persianas Real tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Requite tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Vava tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Agape tipo CELULAR.</p>	<b>3.123,82</b>
4	1	Unid.	<p>Aquidauana: Aproximadamente 46,18 m².</p> <p>Retirada de persiana existente. Confeção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadaço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadaço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confecção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório</p>	<b>22.315,56</b>

			<p>de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC. Informações do e fotos do ambiente disponíveis no Anexo VI).</p> <p>Marca de referência: Persianas Paraná ou Similar</p>	
5	1	Unid.	<p>Sede: Ouvidoria – 3º Andar - Aproximadamente 8,65 m².</p> <p>Retirada de persiana existente. Confeção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadaço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadaço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do acionamento manual da persiana deve ser definido antes da confecção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC. Informações do ambiente e fotos do disponíveis no Anexo VI).</p> <p>Marca de referência: Persianas Paraná ou Similar</p>	<b>4.126,05</b>
6	1	Unid.	<p>Sede: STP térreo. Aproximadamente 22,98 m².</p> <p>Retirada de persiana existente. Confeção e instalação de persianas horizontais em PVC ou madeira sintética (em PVC) com cadaço, cor branca, lâmina lisa (sem textura) de 50 mm de largura, com fixação em lateral/teto. Acabamento em cadaço de poliéster, cor branca. Giro das lâminas para controle da luminosidade. Acionamento manual das lâminas com cordas de giro e recolhimento das lâminas. Acionamento por monocomando. O lado do acionamento manual da persiana deve ser definido</p>	<b>10.961,46</b>

			<p>antes da confecção das persianas. Estrutura de fixação em trilho de alumínio com pintura eletrostática na cor empregada na persiana. Acessório de acabamento nos trilhos na cor empregada na persiana (própria caixa do mecanismo de recolhimento ou emprego de bandô em PVC. Informações do ambiente e fotos do disponíveis no Anexo VI).</p> <p>Marca de referência: Persianas Paraná ou Similar</p>	
7	1	Unid.	<p>Sede: Plenário. Aproximadamente 14,10 m².</p> <p>Retirada de persiana existente, fornecimento e instalação de persiana horizontal, tipo painel, <u>em uma janela</u>, com estrutura composta por células (tipo celular), similares a favos de mel das colmeias (Honeycomb), sem perfurações visíveis, tamanhos de células até 40mm. Sem blackout. Cor bege claro ou similar. Cortina em tecido. Acionamento manual. Acionamento por monocomando. Deve contemplar a respectiva instalação. Informações do local e fotos do ambiente disponíveis no Anexo VI).</p> <p>Marcas/modelos de referência: Hunter Douglas Cortina DUETTE; Cortinas e Persianas Real tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Requite tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Vava tipo CELULAR; Cortinas e Persianas Agape tipo CELULAR.</p>	<b>11.379,83</b>

**ANEXO II - (Modelo de declaração relativa ao art. 93 da Lei nº 8.213/1991, exigida pela Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho)**

**DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, **DECLARA:**

- ( ) atender aos percentuais estabelecidos no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, referente ao emprego de beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência.
- ( ) estar desobrigada do atendimento ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, por possuir menos de 100 (cem) empregados.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

Assinatura do Representante Legal do Licitante

### **ANEXO III**

**(Modelo de declaração exigida pela Resolução nº 310, de 24.9.2021, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho como condição prévia à contratação)**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, para fins de prova junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, em atendimento ao Edital nº \_\_\_\_\_, para os efeitos e sob as penas da lei, em especial no contido no artigo 299 do Código Penal, **DECLARA:**

( ) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004.

( ) Não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Assinatura do Representante Legal do Licitante

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE NEPOTISMO  
(Empresa)**

Identificação da Empresa:

Razão Social:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
E-mail:

A empresa acima identificada, por intermédio de seu representante legal abaixo nominado, DECLARA, sob as penas da lei, que não tem em seu quadro societário cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região**, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação e que não promoverá a inclusão, em seu quadro profissional, durante toda a execução do contrato, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao referido Tribunal, em atendimento ao disposto nos artigos 2º, inciso VI, e 3º, da Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

Nome:
RG nº
CPF nº

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal do Licitante



## **ANEXO V - DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA**

### **DECLARAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para os fins do disposto no subitem 9.6 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº \_\_/2026, que tem pleno conhecimento de todas as condições, peculiaridades e grau de dificuldade existentes para execução do objeto constante do Edital, do Termo de Referência e dos Anexos, nos termos do art. 63, § 3º da Lei nº 14.133/2021, assim como, que está ciente de que não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

---

Assinatura do Representante Legal do Licitante

## ANEXO VI

Imagens e informações dos locais de instalação.

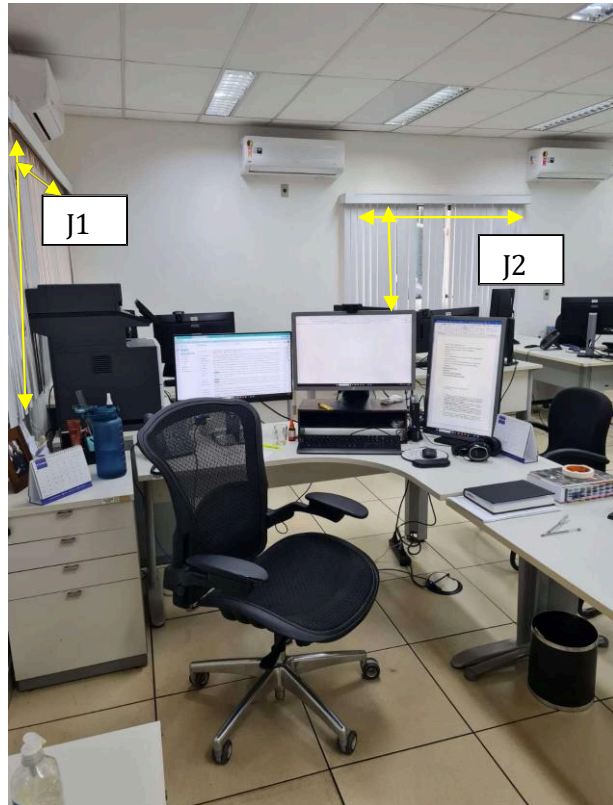


LOCALIDADE	VARA DO TRABALHO DE NAVIRAÍ	
Obs.: As medidas são do tamanho das esquadrias – Vão luz.		
FOTO	1. SECRETARIA	
		
AMBIENTE	SECRETARIA	
	LARGURA 	ALTURA 
Janela 1 – persiana 1 Vão luz - 2,56X0,98m	1,28+0,15=1,43m	0,98+0,15+0,15 = 1,28 m
Janela 1 – persiana 2 Vão luz - 2,56X0,98m	1,28+0,15=1,43 m	0,98+0,15+0,15 = 1,28 m
Janela 2 – persiana 1 Vão luz – 1,80x0,98	1,80+0,15+0,15=2,10 m	0,98+0,15+0,15 = 1,28 m




FOTO	2. ASSISTENTE DE JUIZ	
		
AMBIENTE	ASSISTENTE DE JUÍZ	
	LARGURA 	ALTURA 
Janela1– persiana1 Vão luz – 0,70X1,87	0,70+0,15= <b>0,85 m</b>	1,87+0,15+0,15 = <b>2,17 m</b>

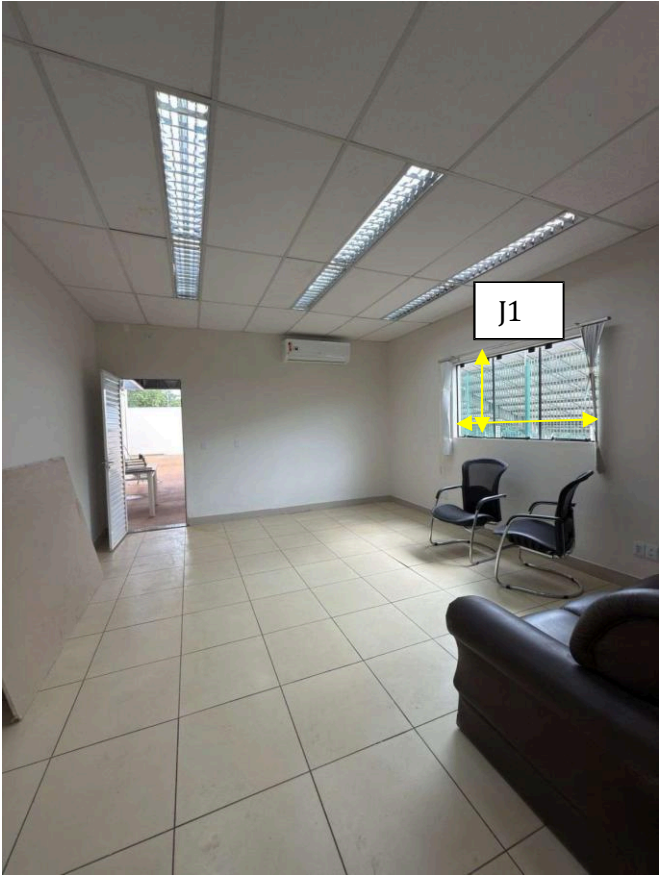



FOTO	<p>3. JUIZ</p> 	
AMBIENTE	<b>GABINETE DO JUIZ</b>	
	LARGURA 	ALTURA 
JANELA 1	1,80 m	0,98 m
<b>Janela1– persiana1</b> Vão luz – 1,80X0,98	<b>1,80+0,15+0,15=2,10 m</b>	<b>0,98+0,15+0,15= 1,28 m</b>

FOTO	<p>4. AUDIÊNCIAS</p> 		
AMBIENTE	AUDIÊNCIAS		
	LARGURA 	ALTURA 	
Janela1– persiana1 Vão luz – 4,20x0,98	1,40+0,15=1,55 m	0,98+0,15+0,15= 1,28m	
Janela1– persiana2 Vão luz – 4,20x0,98	1,40+0,00=1,40 m	0,98+0,15+0,15= 1,28m	
Janela1– persiana3 Vão luz – 4,20x0,98	1,40+0,15=1,55 m	0,98+0,15+0,15= 1,28m	



FOTO

## 5. RECEPÇÃO



AMBIENTE

## RECEPÇÃO



	LARGURA 	ALTURA 
<b>Porta 1– persiana 1</b> Vão luz – 5,15x2,56 m	1,28+0,15=1,43 m	2,56+0,15= 2,71 m
<b>Porta 1– persiana 2</b> Vão luz – 5,15x2,56 m	1,29+0,00=1,29 m	2,56+0,15= 2,71 m
<b>Porta 1– persiana 3</b> Vão luz – 5,15x2,56 m	1,29+0,00=1,29 m	2,56+0,15= 2,71 m
<b>Porta 1– persiana 4</b> Vão luz – 5,15x2,56 m	1,29+0,15=1,44 m	2,56+0,15= 2,71 m






FOTO	6. COPA	
		
AMBIENTE	COPA	
	LARGURA 	ALTURA 
Janela1– persiana1 Vão luz – 1,80x0,98 m	1,80+0,15+0,15= <b>2,10m</b>	0,98+0,15+0,15= <b>1,28m</b>
Janela2– persiana1 Vão luz – 2,58x0,98 m	1,29+0,15= <b>1,44m</b>	0,98+0,15+0,15= <b>1,28m</b>
Janela2– persiana2 Vão luz – 2,58x0,98 m	1,29+0,15= <b>1,44m</b>	0,98+0,15+0,15= <b>1,28m</b>

FOTO	<p>7. LAVATÓRIOS</p>  <p>Obs.: são <b>05 (cinco)</b> janelas de lavatórios</p>	
AMBIENTE	<b>LAVATÓRIO</b>	
<b>Janelas J1, J2, J3, J4, J5</b>	<b>LARGURA</b> 	<b>ALTURA</b> 
<b>Janela1– persiana1</b> Vão luz – 1,20x0,55 m	$1,20+0,15+0,15=$ <b>1,50m</b>	$0,55+0,15+0,15=$ <b>0,85m</b>



FOTO	8. OAB <div data-bbox="410 394 1174 822" data-label="Image"> </div> <p>Obs. : J1 e J2 são iguais em lados opostos</p>	
AMBIENTE	OAB	
	LARGURA 	ALTURA 
<b>Janela1– persiana1</b> Vão luz – 1,20x0,98 m	1,20+0,15+0,15= <b>1,50m</b>	0,98+0,15+0,15= <b>1,28 m</b>
<b>Janela1– persiana2</b> Vão luz – 1,20x0,98 m	1,20+0,15+0,15= <b>1,50m</b>	0,98+0,15+0,15= <b>1,28 m</b>

## VARA DO TRABALHO DE SÃO GABRIEL DO OESTE

Obs.: As medidas são do tamanho das esquadrias – Vão luz.



### COPA/COZINHA

<b>Janela1– persiana1</b> Vão luz – 1,35 X1,15 m	$1,35+0,15+0,15=$ <b>1,65m</b>	$1,15+0,15+0,15=$ <b>1,45 m</b>
---	--------------------------------	---------------------------------



#### ARQUIVO

Obs: no arquivo existem 4 janelas pequenas, foi considerada uma persiana para cada duas janelas.

<b>Janela1 e J2- persiana1</b> Vão luz – 1,37 X 0,94 m	$1,37+0,15+0,15= 1,67\text{m}$	$0,94+0,15+0,15= 1,24\text{ m}$
<b>Janela3 e J4- persiana2</b> Vão luz – 1,37 X 0,94 m	$1,37+0,15+0,15= 1,67\text{m}$	$0,94+0,15+0,15= 1,24\text{ m}$





# **SECRETARIA**

<b>Janela1- persiana1</b> Vão luz – 1,35 X 1,15 m	$1,35+0,15+0,15= 1,65\text{m}$	$1,15+0,15+0,15= 1,45\text{ m}$
<b>Janela2- persiana1</b> Vão luz – 1,35 X 1,15 m	$1,35+0,15+0,15= 1,65\text{m}$	$1,15+0,15+0,15= 1,45\text{ m}$



### **SALA OFICIAL DE JUSTIÇA**

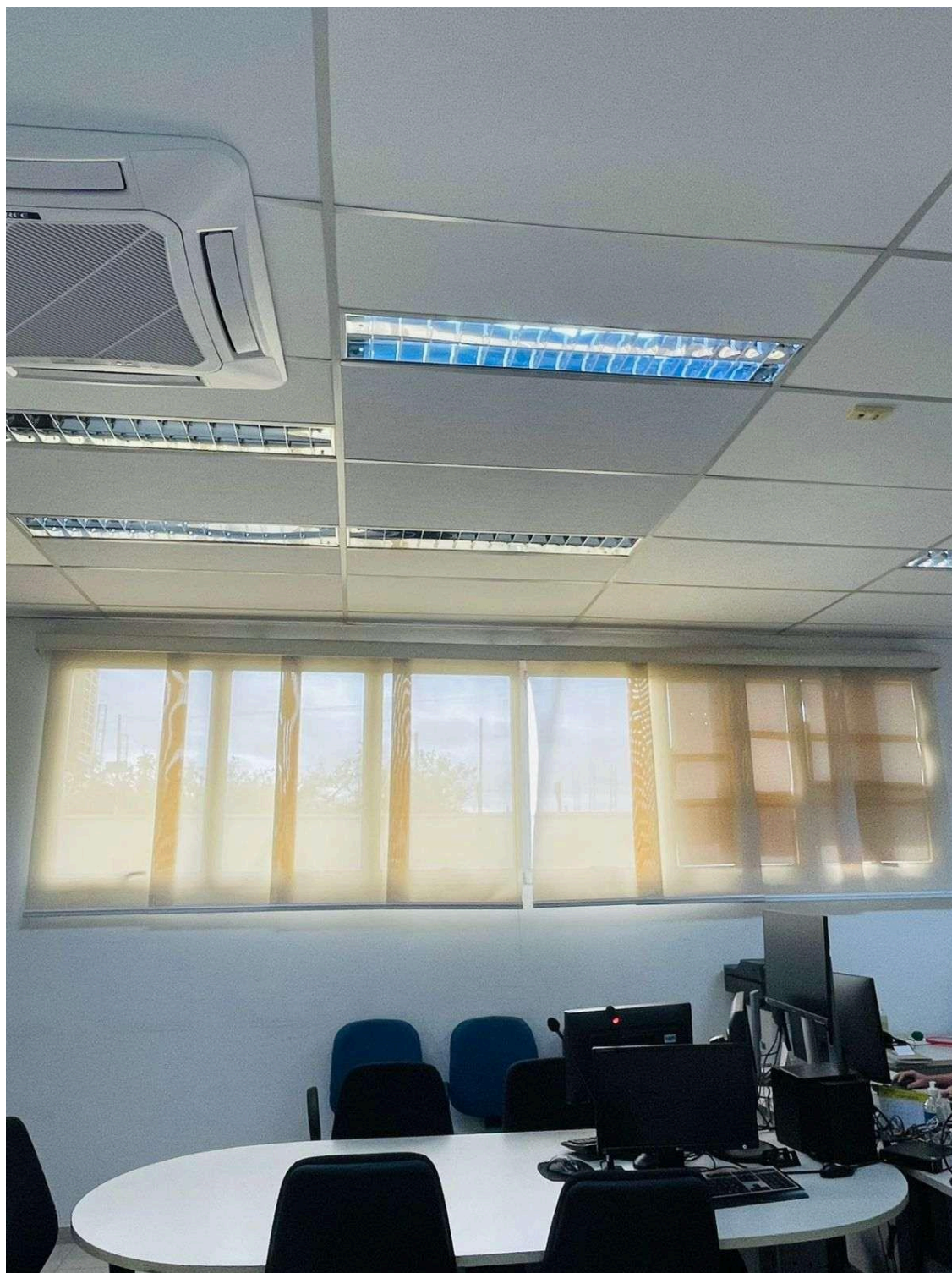
<b>Janela1- persiana 01</b> Vão luz – 1,35 X 1,15 m	$1,35+0,15+0,15=$ <b>1,65m</b>	$1,15+0,15+0,15=$ <b>1,45 m</b>
--	--------------------------------	---------------------------------



### GABINETE DO JUIZ

<b>Janela 1– persiana 01</b> Vão luz – 2,05 X 1,15 m	$1,025+0,15= 1,175\text{m}$	$1,15+0,15+0,15= 1,45\text{ m}$
<b>Janela 1– persiana 02</b> Vão luz – 2,05 X 1,15 m	$1,025+0,15= 1,175\text{m}$	$1,15+0,15+0,15= 1,45\text{ m}$





### AUDIÊNCIA

<b>Janela 1– persiana 01</b> Vão luz – 4,85 X 1,15 m	1,62+0,15= <b>1,77 m</b>	1,15+0,15+0,15= <b>1,45 m</b>
<b>Janela 1– persiana 02</b> Vão luz – 4,85 X 1,15 m	1,62+0,00= <b>1,62 m</b>	1,15+0,15+0,15= <b>1,45 m</b>
<b>Janela 1– persiana 03</b> Vão luz – 4,85 X 1,15 m	1,62+0,15= <b>1,77 m</b>	1,15+0,15+0,15= <b>1,45 m</b>



### SAGUÃO 1 – LATERAL ESTACIONAMENTO

<b>Porta 1– persiana 01</b> Vão luz – 2,50x2,83 m	1,25+0,15= <b>1,40 m</b>	2,83+0,15= <b>2,98 m</b>
<b>Porta 1– persiana 02</b> Vão luz – 2,50x2,83 m	1,25+0,15= <b>1,40 m</b>	2,83+0,15= <b>2,98 m</b>





### SAGUÃO 2 – PORTA PRINCIPAL

<b>Porta frente 1–persiana1</b> Vão luz – 6,14x2,85 m	1,53+0,15= <b>1,68 m</b>	2,85+0,15= <b>3,00 m</b>
<b>Porta frente 1–persiana2</b> Vão luz – 6,14x2,85 m	1,53+0,00= <b>1,53 m</b>	2,85+0,15= <b>3,00 m</b>
<b>Porta frente 1–persiana3</b> Vão luz – 6,14x2,85 m	1,53+0,00= <b>1,53 m</b>	2,85+0,15= <b>3,00 m</b>
<b>Porta frente 1–persiana4</b> Vão luz – 6,14x2,85 m	1,53+0,15= <b>1,68 m</b>	2,85+0,15= <b>3,00 m</b>

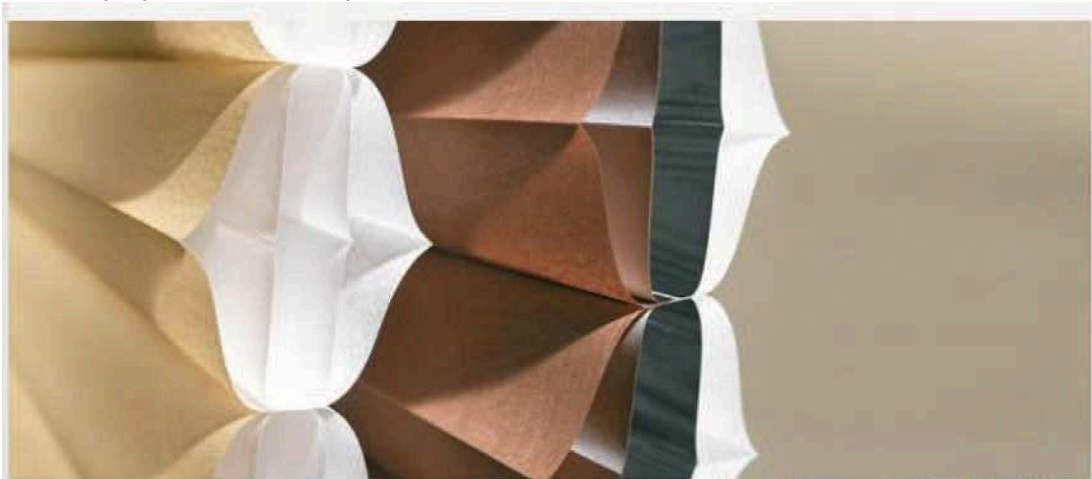


### SAGUÃO 3

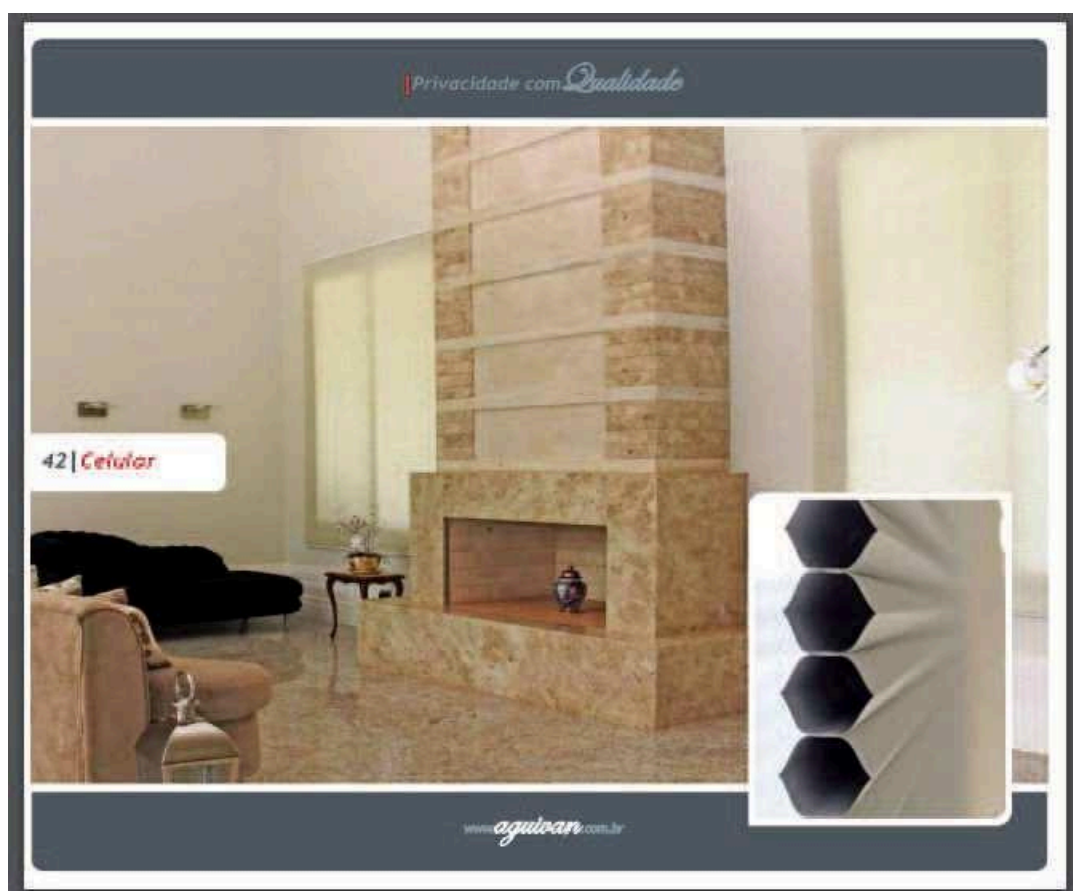
<b>Saguão 03 – J01-persiana 01</b> Vão luz – 3,70x1,73 m	1,85+0,15= <b>2,00 m</b>	1,73+0,15+0,15= <b>2,03 m</b>
<b>Saguão 03 – J01-persiana 02</b> Vão luz – 3,70x1,73 m	1,85+0,15= <b>2,00 m</b>	1,73+0,15+0,15= <b>2,03 m</b>

## **GABINETE DO DESEMBARGADOR ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA**

Obs.: As medidas são do tamanho das esquadrias – Vão luz.  
Modelo proposto e detalhes para o Gabinete .







## Cortina Celular

Seus tecidos, formados por células simples ou duplas, reduzem os ruídos externos, proporcionando conforto térmico através de pequenos colchões de ar.

A linha de Cortinas Celular da Real conta com matérias-primas de mais alta qualidade e possui tratamento antistático, o que inibe o acúmulo de poeira. Além do conforto, os tecidos translúcidos e opacos garantem um produto moderno e cheio de estilo.









Foto do local de instalação dentro do Gabinete







## GABINETE

<b>Gabinete – J01–persiana 01</b> Vão luz – 2,18x1,77 m	1,09+0,00= <b>1,09 m</b>	1,77+0,00= <b>1,77 m</b>
<b>Gabinete – J01–persiana 02</b> Vão luz – 2,18x1,77 m	1,09+0,00= <b>1,09 m</b>	1,77+0,00= <b>1,77 m</b>

### VARA DO TRABALHO DE AQUIDAUANA

Obs.: As medidas são do tamanho das esquadrias – Vão luz.



#### AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO

<b>Aud. Mediação – J01–persiana 01</b> Vão luz – 2,29x1,18 m	1,15+0,15= <b>1,30 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>
<b>Aud. Mediação – J01–persiana 02</b> Vão luz – 2,29x1,18 m	1,15+0,15= <b>1,30 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>



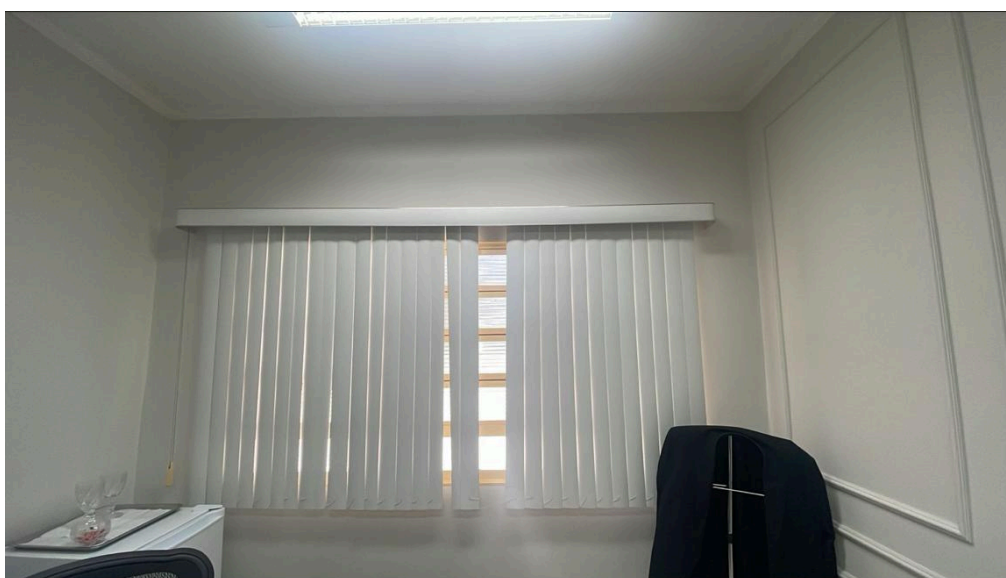
#### AUDIÊNCIA

<b>AUDIÊNCIA – J01–persiana 01</b> Vão luz – 2,29x1,18 m	1,15+0,15= <b>1,30 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>
<b>AUDIÊNCIA – J01–persiana 02</b> Vão luz – 2,29x1,18 m	1,15+0,15= <b>1,30 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>
<b>AUDIÊNCIA – J02–persiana 01</b> Vão luz – 2,29x1,18 m	1,15+0,15= <b>1,30 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>
<b>AUDIÊNCIA – J02–persiana 02</b> Vão luz – 2,29x1,18 m	1,15+0,15= <b>1,30 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>



#### DIRETORIA

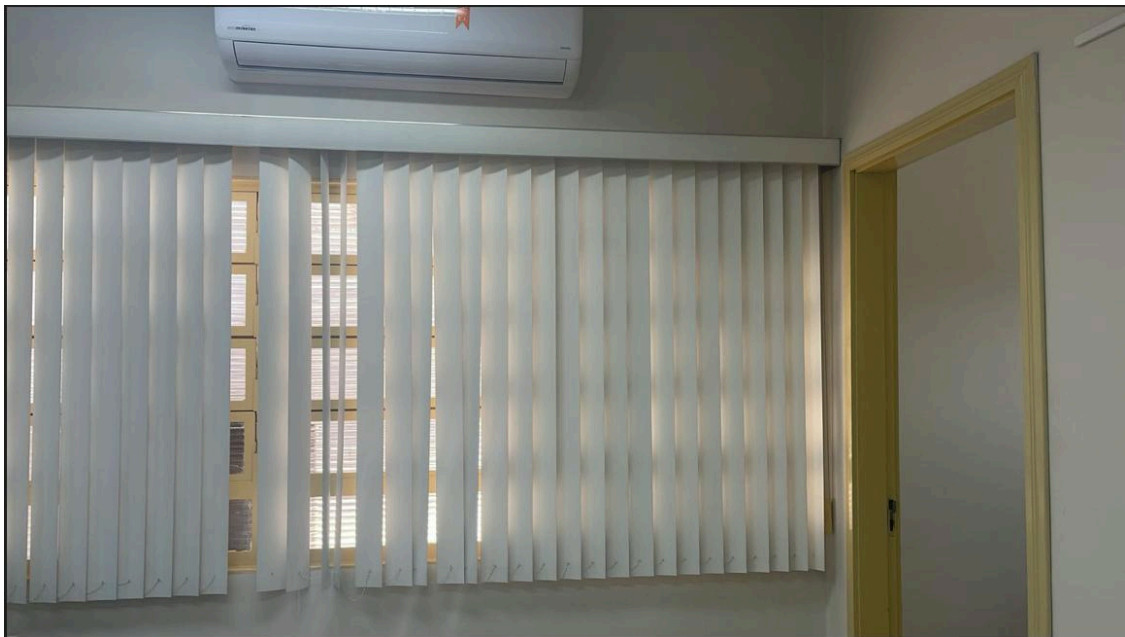
<b>AUDIÊNCIA – J01–persiana 1</b> Vão luz – 2,00x1,18 m	1,00+0,15= <b>1,15 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>
<b>AUDIÊNCIA – J01–persiana 2</b> Vão luz – 2,00x1,18 m	1,00+0,15= <b>1,15 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>



#### SALA DO JUIZ

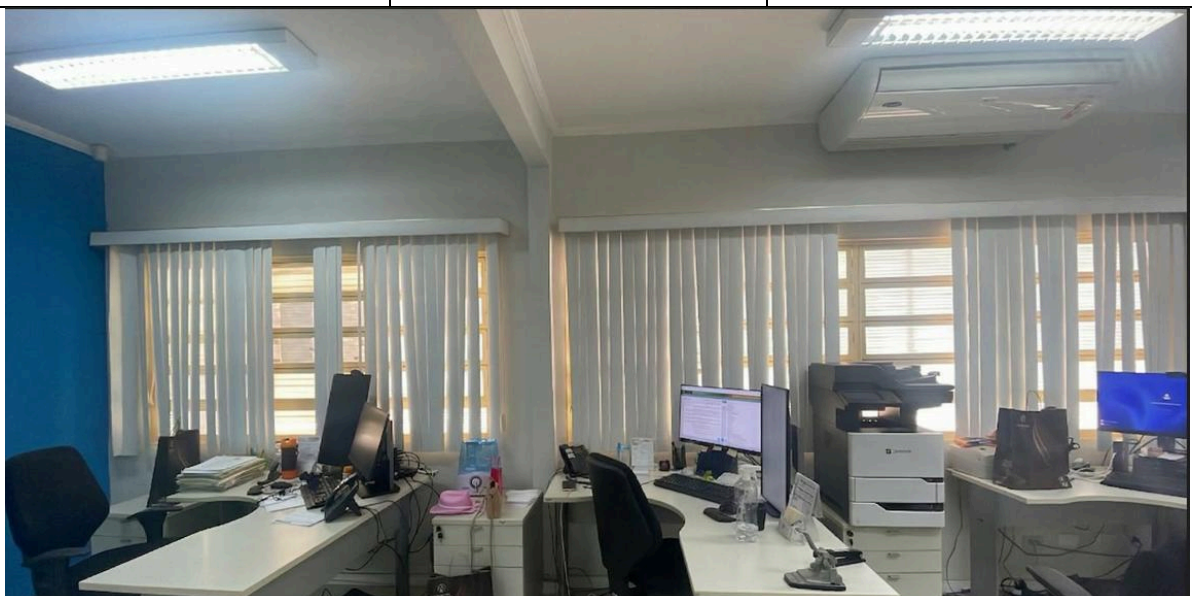
<b>AUDIÊNCIA – J01–persiana 1</b> Vão luz – 2,29x1,18 m	1,15+0,15= <b>1,30 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>
<b>AUDIÊNCIA – J01–persiana 2</b> Vão luz – 2,29x1,18 m	1,15+0,15= <b>1,30 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>





#### SECRETARIA

<b>SECRETARIA – J01–persiana 1</b> Vão luz – 3,48x1,18 m	1,74+0,00= <b>1,74 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>
<b>SECRETARIA – J01–persiana 2</b> Vão luz – 3,48x1,18 m	1,74+0,00= <b>1,74 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>
<b>SECRETARIA – J02–persiana 1</b> Vão luz – 3,48x1,18 m	1,74+0,00= <b>1,74 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>
<b>SECRETARIA – J02–persiana 2</b> Vão luz – 3,48x1,18 m	1,74+0,00= <b>1,74 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>
<b>SECRETARIA – J03–persiana 1</b> Vão luz – 2,29x1,18 m	1,14+0,00= <b>1,14 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>
<b>SECRETARIA – J03–persiana 2</b> Vão luz – 2,29x1,18 m	1,15+0,00= <b>1,15 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>





## OAB

<b>OAB – J01- persiana 1</b> Vão luz – 2,29x1,18 m	1,15+0,15= <b>1,30 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>
<b>OAB – J01- persiana 2</b> Vão luz – 2,29x1,18 m	1,15+0,15= <b>1,30 m</b>	1,18+0,15+0,15= <b>1,48 m</b>



## PORTA PRINCIPAL

<b>P. PRINCIPAL – P01- persiana 1</b> Vão luz – 3,90x2,18 m	0,98+0,15= <b>1,13 m</b>	2,18+0,15 = <b>2,33m</b>
<b>P. PRINCIPAL – P01- persiana 2</b> Vão luz – 3,90x2,18 m	0,98+0,00= <b>0,98 m</b>	2,18+0,15 = <b>2,33m</b>
<b>P. PRINCIPAL – P01- persiana 3</b> Vão luz – 3,90x2,18 m	0,98+0,00= <b>0,98 m</b>	2,18+0,15 = <b>2,33m</b>
<b>P. PRINCIPAL – P01- persiana 4</b> Vão luz – 3,90x2,18 m	0,98+0,15= <b>1,13 m</b>	2,18+0,15 = <b>2,33m</b>



#### OUVIDORIA

<b>OUVIDORIA 1– J01- persiana 1</b> Vão luz – 1,93x1,75 m	0,95+0,00= <b>0,95 m</b>	1,75+0,00 = <b>1,75m</b>
<b>OUVIDORIA 1– J01- persiana 2</b> Vão luz – 1,93x1,75 m	0,95+0,00= <b>0,95 m</b>	1,75+0,00 = <b>1,75m</b>



#### OUVIDORIA

<b>OUVIDORIA 2– J02- persiana 1</b> Vão luz – 3,06X1,74 m	1,53+0,00= <b>1,53 m</b>	1,74+0,00 = <b>1,74m</b>
<b>OUVIDORIA 2– J02- persiana 2</b> Vão luz – 3,06X1,74 m	1,53+0,00= <b>1,53 m</b>	1,74+0,00 = <b>1,74m</b>



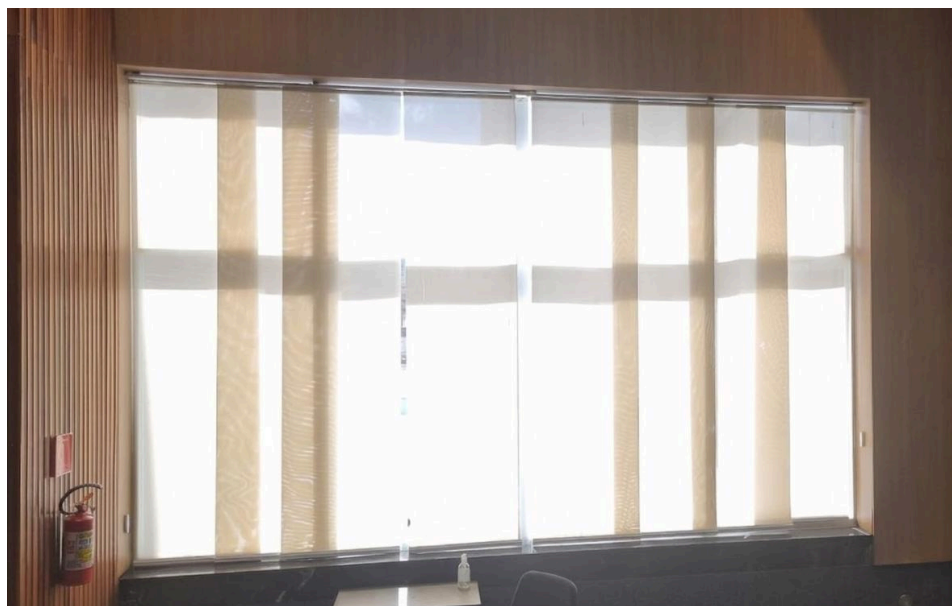
## SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Obs.: As medidas são do tamanho das esquadrias – Vão luz.



### COPA

<b>COPA– J01- persiana 1</b> Vão luz – 2,44X0,65 m	1,22+0,15= <b>1,37 m</b>	0,65+0,15 = <b>0,80 m</b>
<b>COPA– J01- persiana 2</b> Vão luz – 2,44X0,65 m	1,22+0,15= <b>1,37 m</b>	0,65+0,15 = <b>0,80 m</b>



### PLENÁRIO

<b>PLENÁRIO– J01- persiana 1</b> Vão luz – 4,63 X 2,86 m	1,15+0,15= <b>1,30 m</b>	2,86+0,00 = <b>2,86 m</b>
<b>PLENÁRIO– J01- persiana 2</b> Vão luz – 4,63 X 2,86 m	1,15+0,00= <b>1,15 m</b>	2,86+0,00 = <b>2,86 m</b>
<b>PLENÁRIO– J01- persiana 2</b> Vão luz – 4,63 X 2,86 m	1,15+0,00= <b>1,15 m</b>	2,86+0,00 = <b>2,86 m</b>
<b>PLENÁRIO– J01- persiana 4</b> Vão luz – 4,63 X 2,86 m	1,15+0,15= <b>1,30 m</b>	2,86+0,00 = <b>2,86 m</b>





#### SALA DE LANCHES

<b>PLENÁRIO- J01- persiana 1</b> Vão luz – 5,00 X 2,60 m	1,25+0,00= <b>1,65 m</b>	2,60+0,00 = <b>2,60 m</b>
<b>PLENÁRIO- J01- persiana 2</b> Vão luz – 5,00 X 2,60 m	1,25+0,00= <b>1,65 m</b>	2,60+0,00 = <b>2,60 m</b>
<b>PLENÁRIO- J01- persiana 3</b> Vão luz – 5,00 X 2,60 m	1,25+0,00= <b>1,65 m</b>	2,60+0,00 = <b>2,60 m</b>
<b>PLENÁRIO- J01- persiana 4</b> Vão luz – 5,00 X 2,60 m	1,25+0,15= <b>1,80 m</b>	2,60+0,00 = <b>2,60 m</b>



#### SECRETARIA

<b>SECRETARIA- J01- persiana 1</b> Vão luz – 3,70 X 1,70 m	1,85+0,15= <b>2,00 m</b>	1,70+0,15 = <b>1,85 m</b>
<b>SECRETARIA- J01- persiana 2</b> Vão luz – 3,70 X 1,70 m	1,85+0,15= <b>2,00 m</b>	1,70+0,15 = <b>1,85 m</b>

Anexo VII - Planilha de Resumo das Persianas: medidas das persianas, modelo, tipo, abertura, controle e área.

PLANILHA RESUMO DAS PERSIANAS - as dimensões devem ser conferidas no local.											
		VÃO LUZ DA ESQUADRIA		PERSIANA		MODELO	TIPO	ABERTURA	CONTROLE	ÁREA	
		Largura	Altura	Largura	Altura	PVC / Colméia	Horiz/ Vert	Para cima/Dir/Esq	Direita/Esquerda		
NAVIRAI											
	SECRETARIA J1- persiana 01	2,56	0,98	1,43	1,28	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,83	
	SECRETARIA J1 - persiana 02	2,56	0,98	1,43	1,28	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,83	
	SECRETARIA J2	1,80	0,98	2,10	1,28	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,69	
	ASSISTENTE DE JUIZ	0,70	1,87	0,85	2,17	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,84	
	GABINETE DE JUIZ	1,80	0,98	2,10	1,28	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	2,69	
	AUDIÊNCIAS J1 - persiana 01	4,20	0,98	1,55	1,28	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,98	
	AUDIÊNCIAS J1 - persiana 02	4,20	0,98	1,40	1,28	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,79	
	AUDIÊNCIAS J1 - persiana 03	4,20	0,98	1,55	1,28	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,98	
	RECEPÇÃO - PORTA -Persiana 01	5,15	2,56	1,44	2,71	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	3,90	
	RECEPÇÃO - PORTA -Persiana 02	5,15	2,56	1,29	2,71	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	3,50	
	RECEPÇÃO - PORTA -Persiana 03	5,15	2,56	1,29	2,71	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	3,50	
	RECEPÇÃO - PORTA -Persiana 04	5,15	2,56	1,44	2,71	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	3,90	
	COPA J1 - persiana 01	1,80	0,98	2,10	1,28	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,69	
	COPA J2 - persiana 01	2,58	0,98	1,44	1,28	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,84	
	COPA J2 - persiana 02	2,58	0,98	1,44	1,28	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,84	
	LAVATORIO MASC. PUBLICO J1	1,20	0,55	1,50	0,85	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,28	
	LAVATORIO FEM. PUBLICO J2	1,20	0,55	1,50	0,85	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,28	
	LAVATORIO MASC. SERVIDOR J3	1,20	0,55	1,50	0,85	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,28	
	LAVATORIO FEM. SERVIDOR J4	1,20	0,55	1,50	0,85	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,28	
LAVATORIO JUIZA/JUIZ J5	1,20	0,55	1,50	0,85	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,28		
OAB J1 - persiana 01	1,20	0,98	1,50	1,28	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,92	TOTAL	
OAB J2- persiana 02	1,2	0,98	1,50	1,28	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,92	48,03	
V.T. SÃO GABRIEL											
	COPA/COZINHA J1 - persiana 01	1,35	1,15	1,65	1,45	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,39	
	ARQUIVO J1 e J2 - persiana 01	1,37	0,94	1,67	1,24	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,07	
	ARQUIVO J3 e J4 - persiana 02	1,37	0,94	1,67	1,24	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	2,07	
	SECRETARIA J1 - persiana 01	1,35	1,15	1,65	1,45	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,39	
	SECRETARIA J2 - persiana 02	1,35	1,15	1,65	1,45	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	2,39	
	SALA OFICIAL DE JUSTIÇA	1,35	1,15	1,65	1,45	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,39	
	GABINETE DO JUIZ J1 - persiana 01	2,05	1,15	1,18	1,45	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,71	
	GABINETE DO JUIZ J1 - persiana 02	2,05	1,15	1,18	1,45	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,71	
	AUDIÊNCIA J1 - persiana 01	4,85	1,15	1,77	1,45	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,57	
	AUDIÊNCIA J1 - persiana 02	4,85	1,15	1,62	1,45	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,35	
	AUDIÊNCIA J1 - persiana 03	4,85	1,15	1,77	1,45	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	2,57	
	SAGUÃO 1 - P 01 - persiana 01	2,50	2,83	1,40	2,98	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	4,17	
	SAGUÃO 1 - P 01 - persiana 02	2,50	2,83	1,40	2,98	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	4,17	
	SAGUÃO 2 - P 01 - persiana 01	6,14	2,85	1,69	3,00	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	5,07	
	SAGUÃO 2 - P 01 - persiana 02	6,14	2,85	1,54	3,00	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	4,62	
	SAGUÃO 2 - P 01 - persiana 03	6,14	2,85	1,54	3,00	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	4,62	
	SAGUÃO 2 - P 01 - persiana 04	6,14	2,85	1,69	3,00	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	5,07	
	SAGUÃO 3 - J 01 - persiana 01	3,70	1,73	2,00	2,03	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	4,06	TOTAL
	SAGUÃO 3 - J 01 - persiana 02	3,70	1,73	2,00	2,03	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	4,06	60,46
DCR. DES. ANDRÉ - 5º ANDAR											
	GAB. DES. ANDRÉ - J 01 - persiana 01	2,18	1,77	1,09	1,77	colméia	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,93	TOTAL
	GAB. DES. ANDRÉ - J 01 - persiana 02	2,18	1,77	1,09	1,77	colméia	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,93	3,86

AQUIDAUANA	AUD. MEDIAÇÃO - J01 - persiana 01	2,29	1,18	1,30	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,92	TOTAL 46,18
	AUD. MEDIAÇÃO - J01 - persiana 02	2,29	1,18	1,30	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,92	
	AUDIÊNCIA J1 - persiana 01	2,29	1,18	1,30	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,92	
	AUDIÊNCIA J1 - persiana 02	2,29	1,18	1,30	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,92	
	AUDIÊNCIA J2 - persiana 01	2,29	1,18	1,30	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,92	
	AUDIÊNCIA J2 - persiana 02	2,29	1,18	1,30	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,92	
	DIRETORIA J1 - persiana 01	2,00	1,18	1,15	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,70	
	DIRETORIA J1 - persiana 02	2,00	1,18	1,15	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,70	
	SALA DO JUIZ - J01 - persiana 01	2,29	1,18	1,30	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,92	
	SALA DO JUIZ - J01 - persiana 02	2,29	1,18	1,30	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,92	
	SECRETARIA - J01 - persiana 01	3,48	1,18	1,74	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,58	
	SECRETARIA - J01 - persiana 02	3,48	1,18	1,74	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	2,58	
	SECRETARIA - J02 - persiana 01	3,48	1,18	1,74	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,58	
	SECRETARIA - J02 - persiana 02	3,48	1,18	1,74	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	2,58	
	SECRETARIA - J03 - persiana 01	2,29	1,18	1,15	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,70	
	SECRETARIA - J03 - persiana 02	2,29	1,18	1,15	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,70	
	OAB J01 - persiana 01	2,29	1,18	1,30	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,92	
	OAB J01 - persiana 02	2,29	1,18	1,30	1,48	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,92	
	P. PRINCIPAL - P01 - persiana 1	3,90	2,18	1,13	2,33	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,63	
	P. PRINCIPAL - P01 - persiana 2	3,90	2,18	0,98	2,33	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	2,28	
	P. PRINCIPAL - P01 - persiana 3	3,90	2,18	0,98	2,33	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	2,28	
	P. PRINCIPAL - P01 - persiana 4	3,90	2,18	1,13	2,33	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,63	
DCR - OUVIDORIA 3ª ANDAR											TOTAL 8,65
	SALA 1 - J01 - persiana 1	1,93	1,75	0,95	1,75	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,66	
	SALA 1 - J01 - persiana 2	1,93	1,75	0,95	1,75	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,66	
	SALA 2 - J02 - persiana 1	3,06	1,74	1,53	1,74	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,66	
	SALA 2 - J02 - persiana 2	3,06	1,74	1,53	1,74	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	2,66	
DCR - STP - TERREO											TOTAL 22,98
	COPA - J01 - persiana 1	2,44	0,65	1,37	0,80	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	1,10	
	COPA - J01 - persiana 2	2,44	0,65	1,37	0,80	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	1,10	
	SALA LANCHES J01 - persiana 1	5,00	2,60	1,25	2,60	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	3,25	
	SALA LANCHES J01 - persiana 2	5,00	2,60	1,25	2,60	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	3,25	
	SALA LANCHES J01 - persiana 3	5,00	2,60	1,25	2,60	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	3,25	
	SALA LANCHES J01 - persiana 4	5,00	2,60	1,40	2,60	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	3,64	
	SALA SECRETARIA J01 - persiana 1	3,70	1,70	2,00	1,85	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	3,70	
	SALA SECRETARIA J01 - persiana 2	3,70	1,70	2,00	1,85	PVC	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	3,70	
SEDE - PLENÁRIO											TOTAL 14,10
	PLENÁRIO J01 - persiana 1	4,63	2,86	1,31	2,86	colméia	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	3,75	
	PLENÁRIO J01 - persiana 2	4,63	2,86	1,16	2,86	colméia	HORIZONTAL	PARA CIMA	DIREITA	3,32	
	PLENÁRIO J01 - persiana 3	4,63	2,86	1,15	2,86	colméia	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	3,29	
	PLENÁRIO J01 - persiana 4	4,63	2,86	1,31	2,86	colméia	HORIZONTAL	PARA CIMA	ESQUERDA	3,75	

ABERTURA: A referência para abertura e controle baseou-se no observador de frente para as janelas/portas, conferir no local.

DIMENSÕES: para definir o tamanho das persianas foram acrescentados 15 cm do vão luz em cada direção para transpasses: para cima, para baixo, a direita e a esquerda. Excetua-se desta regra, total ou parcialmente, os espaços confinados ou que não se façam necessários os acréscimos.

Modelo da persiana horizontal PVC

